



Segurança Pública no Jornal Impresso: Um Estudo Inicial de Caso sobre o Jornal O Povo¹

Raíssa Benevides VELOSO²

Francisco Paulo Jamil Almeida MARQUES³

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

A pesquisa propõe uma investigação inicial sobre a forma com que o tema segurança pública é abordado pelo jornal O Povo durante a gestão do governador Cid Gomes, no Estado do Ceará. Para isto, são analisadas aqui notícias veiculadas pelo jornal durante o mês de janeiro de 2014. Sabe-se que os *media* influenciam na forma como a sociedade compreende a violência urbana e constrói a percepção sobre a condução das políticas públicas de segurança pública. Nesse sentido, o estudo qualitativo em questão transita na interseção dos campos do Jornalismo e da Sociologia, afirmando a participação dos *media* no agendamento público de temas de interesse público e questionando a forma pela qual esses temas são publicamente discutidos.

Palavras-chave

Segurança Pública; Jornal O Povo; Ceará; Agendamento.

Introdução

A relação entre o tema da violência urbana e o campo do Jornalismo é discutida tanto no âmbito das pesquisas em Comunicação quanto nos estudos em Ciências Sociais. Nesta, há literatura existente sobre o tema que ressalta o papel dos *media* na construção da opinião pública sobre a insegurança nas cidades (OLIVEN, 1989; MICHAUD, 1989; MINAYO *et al*, 1997; PORTO, 2002, 2009; RAMOS & PAIVA, 2007).

A natureza das relações mídia/segurança pública é complexa, porque tensa e contraditória, por vezes, consensual e cúmplice, por outras. Essas relações, por obedecerem a formações discursivas diferentes, são realidades não acabadas em si mesmas e conformam um campo em constante tensão e crise. Colocadas frente a frente, mídia e

¹Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de maio de 2014. Vinculado ao Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias da Universidade Federal do Ceará (PONTE/UFC).

²Aluna do 7º semestre do Curso de Jornalismo do ICA-UFC. Bolsista de Iniciação Científica do Grupo PONTE/UFC. Email: raissaveloso@hotmail.com.

³Orientador do trabalho. Professor Adjunto II da UFC. Pesquisador permanente do PPGCOM/UFC. Realizou estágio pós-doutoral em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG). Doutor e Mestre pelo PósCom/UFBA. Líder do Grupo PONTE/UFC. Email: marquesjamil@yahoo.com.br.



segurança pública têm afinidades, e ao mesmo tempo muito se estranham. (PORTO, 2009, p. 4)

Nas teorias do Jornalismo, a literatura mais recente considera de forma crítica as categorias de objetividade e de imparcialidade, tão caras ao *habitus* profissional. Apesar disso, o “discurso jornalístico continua a se apresentar como partindo de um ponto de vista ‘universal’” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 68). Desde a modernização da imprensa brasileira, em meados do século XX, a legitimidade dos *media* é edificada sob os pressupostos de uma produção imparcial e objetiva (BIROLI; MIGUEL, 2010).

Rejeitada a noção dos *media* como espelhos da realidade, esta pesquisa localiza-os como integrantes da realidade social. Atuando como um dos principais agentes na construção das representações sobre o mundo e influenciando as práticas sociais (PORTO, 2009), os *media* comportam-se “impondo a visão legítima do mundo social”, quando em disputa com o campo político e com as ciências sociais (BOURDIEU apud FRITSCH, 2000). Os *media* serão aqui entendidos, portanto, como empresas que atuam de acordo com seus interesses, valores, prioridades, visões de mundo e enquadramentos (BIROLI; MIGUEL, 2010), e não como produtores de uma “verdade objetiva e imparcial”.

A presente pesquisa propõe-se refletir de que forma as empresas de comunicação, dotadas de interesses econômicos, políticos e ideológicos abordam em seus espaços o tema relativo à segurança pública. Em junho de 2013, diversas manifestações realizadas em Fortaleza reivindicaram maior ação do poder público em relação a esta área. Neste período, ganharam visibilidade nos jornais locais movimentos da sociedade civil que traziam no nome o tom de denúncia. “Fortaleza sem Medo”⁴, “Fortaleza Apavorada”⁵ e “Fortaleza da Paz e da Alvorada”⁶ são alguns dos grupos que tiveram ações publicadas pelo jornal O Povo. Segundo Porto (2009), são os meios de comunicação os espaços mais expressivos na expressão do “clamor” popular.

De acordo com Biroli e Miguel (2010, p.70), “A verdade a ser apresentada não consiste apenas na aderência a uma realidade objetiva que é narrada. Consiste, sobretudo, na determinação de quais aspectos desta realidade merecem ganhara atenção

⁴ Matéria disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/05/08/noticiasjornalcotidiano,3052350/fortaleza-pede-socorro.shtml> (Acesso em 20/12/2013).

⁵ Matéria disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2013/06/13/noticiafortaleza,3074063/sem-levantar-bandeiras-fortaleza-apavorada-reinvidica-medidas-emerg.shtml> (Acesso em 20/12/2013).

⁶ Matéria disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2013/06/14/noticiafortaleza,3074855/fortaleza-da-paz-e-da-igualdade-protesta-contraviolencia.shtml> (Acesso em 20/12/2013).



do público”. Assim, pretende-se analisar de que forma os meios de comunicação, especificamente o jornal O Povo, jornal mais antigo em circulação em Fortaleza e que não possui páginas específicas para as ocorrências policiais, abordam o tema segurança pública no Estado do Ceará.

Propõe-se analisar de que forma o discurso jornalístico e os critérios de noticiabilidade são utilizados na construção da cobertura relacionada à segurança pública. Mesmo com os profissionais e as organizações jornalísticas reclamando para si a posição de legítimos representantes da sociedade (ALBUQUERQUE, 2011), “Não se pode mais admitir aqui a idéia de uma imprensa neutra, ela é a principal ‘testemunha pública’ dos fatos (conferindo-lhes veracidade) e, por fim, tem a capacidade de operar como produtora do consenso, sendo daí que decorre sua força hegemônica” (PASTANA, 2007, p. 109).

Contextualização

Os episódios de violência urbana estão diariamente estampados nos jornais de Fortaleza. Com opiniões públicas divergentes sobre a condução da pasta de segurança pública no Estado do Ceará durante as gestões de Cid Ferreira Gomes (2007-2014), o tema da violência urbana tem destaque no noticiário fortalezense, seja por uma abordagem política, seja por uma abordagem social. Envolvendo episódios de grande repercussão, como as trocas de secretários do comando da pasta e investimento em programas como o “Ronda do Quarteirão”, orçado inicialmente em 57 milhões de reais, a segurança pública do governo Cid Gomes é abordada de forma controversa no noticiário da capital cearense:

- “Cid Gomes está com vergonha de sua política de Segurança Pública, diz deputado”, do Blog Política, do jornal Diário do Nordeste, em 02/04/2013;
- “Segurança Pública recebe R\$ 68,9 milhões para frear violência”, do jornal O Povo, em 09/05/2013;
- “Cid Gomes enfrenta novo desgaste na área da Segurança Pública”, Coluna Vertical, do jornal O Povo, em 13/05/2013;



- “Francisco Bezerra [então Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará] encara *mise en scène* da oposição e diz que não vai pedir para sair”, do Portal G1 Ceará, em 07/08/2013.

Independentemente das posições adotadas, as empresas de comunicação inserem-se na sociedade a partir de um discurso dito imparcial, que recompõe os fatos de forma isenta e desinteressada (BIROLI; MIGUEL, 2010). Para além da discussão sobre a veracidade dos fatos expostos, faz-se necessária a identificação de como estas representações são construídas, já que representam “crenças, valores e anseios de distintos setores da sociedade” (PORTO, 2009, p. 1).

Nesta pesquisa, afirma-se a importância de compreender de que forma o jornal O Povo constrói o próprio discurso sobre a conjuntura da violência urbana e a condução da pasta de segurança pública no Estado do Ceará. Porto (2009) entende que identificar a forma como as representações sociais são moldadas no discurso jornalístico pode contribuir para transformar as práticas relacionadas à área da segurança pública e da sociedade civil.

Em 2013, o jornal O Povo, impresso com maior tempo de atuação no Ceará e segunda maior tiragem diária no estado, pautou frequentemente matérias sobre o tema segurança pública em suas páginas. Somente no mês de março do referido ano, sete textos informativos, entre notícias e reportagens, foram publicados tendo como tema a situação da violência urbana na capital cearense. Enfatiza-se o fato de o jornal não possuir página de cobertura policial, abordando o tema da segurança pública a partir de uma perspectiva mais conjuntural e menos localizada nas ocorrências policiais (RAMOS; PAIVA, 2005).

Como agente de socialização, de irradiação de ideais políticos e atuando também como mediador social (PASTANA, 2009), os *media* têm, portanto, fundamental papel na construção das representações sociais. Em um cenário em que a gestão da segurança pública é vista a partir de posições divergentes pelos meios de comunicação, a pesquisa justifica-se por propor analisar como o discurso do jornal O Povo sobre o tema é construído ao fazer uso de sobre a violência urbana.



Jornalismo e Segurança Pública

A comunicação atua como um processo simbólico pelo qual o entendimento da realidade é produzido, mantido e transformado (THOMPSON, 1998). Assim, os *media* são relevantes atores no processo de construção das representações sociais e na formação da opinião pública. Responsáveis pela elaboração de discursos socialmente legitimados, os meios de comunicação têm papel fundamental na seleção e no reconhecimento dos episódios que são percebidos como fatos integrantes da cultura de uma sociedade (MELO, 2008).

Nesse sentido, a compreensão da segurança pública perpassa tanto as vivências pessoais como a compreensão dos acontecimentos que ocorrem na dinâmica urbana. A imagem que o indivíduo faz dos episódios de violência é atravessada pelas vivências que ele experimenta, mas também pelos relatos que chegam até ele (MICHAUD, 1989). “Desse modo, parte importante da experiência do mundo passa pelas imagens que nos mostram, como se estivéssemos lá ou como se tivéssemos estado, dando a impressão de que todos os acontecimentos fazem parte da nossa realidade individual” (PASTANA, 2007, p. 95).

A compreensão da violência urbana deve ser entendida, portanto, a partir das vivências pessoais do indivíduo somadas à influência que as mensagens de outros agentes exercem sobre aquele. Já na década de 1970, as análises fenomenológicas constatavam que experiências ocorridas longe do universo de um grupo podem ser incorporadas à compreensão deste a partir do imaginário (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Segundo Michaud (1989), pesquisas realizadas nos anos oitenta revelavam que poucas pessoas que afirmavam sentir um aumento da insegurança foram elas próprias agredidas ou espancadas, mas ouviram falar de tal ou do que aconteceu em tal lugar. Mesmo pessoas que não foram vítimas de atos violentos interiorizavam representações sobre episódios violentos, quais os sentimentos e a conduta das vítimas e suas reações. O que ocorre nesses casos é uma identificação com a vítima e a apropriação do incidente, o que gera uma sociabilidade da insegurança, pela qual, solidariamente, antecipa-se uma vitimização futura. (PASTANA, 2007, p. 95).

No processo de construção da realidade social, portanto, é inegável a participação dos *media* como agentes atuantes:



Universalmente é admitido que a imprensa é o principal meio de contato com o ambiente invisível. E praticamente em todos os lugares se supõe que a imprensa deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente para si próprio, e que cada dia e duas vezes ao dia apresentaria a nós uma imagem verdadeira do mundo exterior no qual estamos interessados (LIPPMANN apud CABRAL; GOMES, 2011, p. 3).

Consonantes a esta ideia, McCombs e Shaw (1977) ressaltam a influência dos meios de comunicação de massa na “fabricação” da realidade:

A capacidade dos *media* em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração de nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos *mass media* (MCCOMBS; SHAW apud TRAQUINA, 1999, p. 16).

Para Porto (2009), mais do que se propor a apresentar a imagem autêntica da realidade, os meios de comunicação têm crescente participação na função de “explicar o mundo”, produzindo representações sociais que possam atribuir significado aos acontecimentos. Citado por Machado (2006), Motta defende que:

A notícia é um dos eixos norteadores dos parâmetros sociais de normalidade e anormalidade. Ao lidar essencialmente com o que é inesperado, incomum ou perigoso, o jornalismo acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado. De forma mais ampla, o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo de contínua e mútua interferência – indo além, o jornalismo atua como estruturador do real (MOTTA apud MACHADO, 2006, p. 5).

Na sociedade brasileira, a abordagem pelos meios de comunicação dos casos de violência urbana é tema recorrente, chegando a ganhar, em alguns diários, páginas específicas. A forma como os *media* fazem a cobertura sobre a segurança pública dá a entender ao público que estamos diante de uma conjuntura de “barbárie”, veiculando imagens e discursos que representam a ausência de mediação pública e “compondo um quadro mental de intranquilidade e de caos, percebidos como representativos da contemporaneidade brasileira” (PORTO, 2009, p. 8).

De acordo com Pastana (2007), a cobertura midiática sobre a segurança pública foi acentuada durante o período de redemocratização brasileira, ao fim do Regime Militar (1964-1985). A criação de um clima de tensão permanente, enfatizado pelos



meios de comunicação e pelos políticos do regime, foi a forma de manutenção do sistema vigente (OLIVEN, 1989).

Com a anunciada “escalada da criminalidade” pelo governo e pela imprensa, a segurança nacional deu lugar à segurança pública e o que antes incomodava o cidadão, ou seja, a violência institucional, passou a ser mostrada como a única forma de proteção. O cidadão passou a aceitar um controle mais ostensivo temendo não mais o Estado opressor, mas sim o marginal, o bandido. (PASTANA, 2007, p. 93)

A partir da década de 1990, a sociedade brasileira passou a encarar a violência como um grave e crescente problema urbano (RAMOS; PAIVA, 2005; PASTANA, 2007). A imprensa, sobretudo os jornais impressos, iniciou um processo de modificação da cobertura sobre a violência urbana, deixando de lado, aos poucos, as velhas práticas de abordagem do fato policial, focado exclusivamente no episódio violento, e inserindo na cobertura o tema conjuntural da segurança pública (RAMOS; PAIVA, 2005).

Ao mesmo tempo em que as pesquisas de opinião passavam a detectar o medo da violência urbana na fala dos brasileiros, os meios de comunicação começavam “a abrir espaços cada vez mais amplos para o tema; não apenas documentando acontecimentos como também expressando opiniões e orientações das autoridades ligadas ao Estado” (PASTANA, 2007, p. 93). Como agentes de legitimidade social, os *media* incorporam nas próprias agendas o debate da segurança pública, pautando também a opinião pública. “Mar de Fontcuberta (1993) reforça esse pensamento, afirmando que a tematização praticada pela mídia – ou seja, a escolha de certos temas em detrimento de outros – se constitui em um mecanismo de formação da opinião pública” (MELO, 2008, p. 4).

Na escolha dos temas que terão relevância na cobertura jornalística, os *media* acabam por influenciar no agendamento dos debates públicos, não tanto por sugerir o que pensar, mas sobretudo por sugerir sobre o que pensar (COHEN apud SHAW, 1979, *tradução nossa*). Um conceito importante é o de agendamento, inserido no contexto das pesquisas em comunicação que apontam para a observação dos efeitos dos *mass media* a longo prazo.

O *agenda-setting* é consideravelmente mais que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção dos enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis



do *agenda-setting* (MCCOMBS; SHAW apud TRAQUINA, 1999, p. 26).

Dessa forma, não nos interessa tão somente entender se ocorre o agendamento midiático do tema segurança pública, mas também analisar de que forma este é abordado nas coberturas jornalísticas. A maneira como a realidade social é interpretada pelos leitores de um jornal sofre influência das escolhas dos diretores, editores e redatores de uma empresa de comunicação (COHEN apud MELO, 2008).

A adoção de uma perspectiva de abordagem do tema pode ser entendida a partir do conceito de enquadramento (*framing*). “De forma sucinta, pode-se dizer que os *frames* são estruturas que orientam a interpretação dos fatos através da seleção de determinados aspectos considerados relevantes” (MIOLA, 2012, p. 124). Admitindo que é utópica a imparcialidade anunciada pelos *media*, a noção de enquadramento refere-se à ênfase dada a alguns aspectos de uma realidade social, de forma a dar mais notoriedade a eles em uma comunicação textual (ENTMAN, 1993).

Os estudos de enquadramento oferecem algumas das investigações mais ricas pela perspectiva da mídia e os impactos sobre a realidade política. Os pesquisadores demonstraram como a mídia usa os enquadramentos para chamar atenção à audiência, isto é, para definir os padrões para julgar políticos e políticas (SCHIFF, 2011, p. 28, *tradução nossa*).

Nesse processo, as escolhas editoriais podem não ser feitas, necessariamente, por uma decisão consciente dos profissionais, mas sim pela assimilação inconsciente das rotinas de produção da notícia (WOLF, 2005). Os critérios de noticiabilidade aparecem, desse modo, como valores de seleção de um acontecimento, sendo combinados pelo jornalista para avaliar se um fato tem ou não relevância necessária para ser inserido no jornal.

Os valores/notícia são usados de duas maneiras. São critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de ser incluídos no produto final. Em segundo lugar, eles funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público. Os valores/notícia são, portanto, regras práticas que compreendem um *corpus* de conhecimentos profissionais que, implícita e muitas vezes explicitamente, explicam e guiam os procedimentos de trabalho redacional. (GOLDING-ELLIOTT apud WOLF, 2005, p. 202-3)



A produção da cobertura jornalística é influenciada não só por interesses externos à redação, mas também pela apreensão, pelo jornalista, da rotina de produção da empresa midiática. Na proposta de análise da cobertura do tema segurança pública, faz-se fundamental compreender, portanto, as práticas profissionais e os valores compartilhados na redação que levam o jornal O Povo às escolhas editoriais em estudo.

Metodologia e análise

A pesquisa é um estudo de caso que analisa as notícias que não apresentam caráter opinativo publicadas pela versão impressa do jornal O Povo, tendo como referência o tema da violência urbana no Estado do Ceará. São analisadas aqui apenas as matérias em caráter de discussão do problema, descartando as notícias que relatam apenas o cometimento de crimes. Isso porque o estudo se dará sobre a cobertura do tema segurança pública, tendo o interesse em matérias que abordam as ações do poder público ou críticas a ele relacionadas à temática.

O período que se analisa aqui, por ter um caráter inicial de pesquisa, compreende o mês de janeiro de 2014 da gestão do governador do Ceará Cid Ferreira Gomes. A condução da pesquisa se dá através de uma análise qualitativa do conteúdo selecionado.

Durante o mês de janeiro de 2014, onze matérias foram publicadas no jornal O Povo com caráter de evidenciação do tema segurança pública. Destas, somente uma foi conteúdo de manchete no jornal, no dia 11 do referido mês, discutindo o índice de homicídios que o Estado do Ceará havia alcançado até aquele momento. Das onze notícias, cinco foram elaboradas partindo da divulgação de dados sobre a situação da violência urbana no Estado, enfatizando as pesquisas que foram divulgadas por órgãos do governo ou por instituições não-governamentais que trabalham com o tema.

As matérias analisadas têm como título:

- “Ceará tem 19.392 presos, o maior número da história” (publicada em 10 de janeiro de 2014);
- “Sindicato critica e comissão da OAB acompanha situação” (suíte da anterior, publicada em 10 de janeiro de 2014);
- “Ceará registra um homicídio a cada 2 horas em 2013” (publicada em 11 de janeiro de 2014);
- “Metas e premiações serão divulgadas dentro de 15 dias” (suíte da anterior, publicada em 11 de janeiro de 2014);



- “Políciais fazem ato no Centro” (publicada em 12 de janeiro de 2014);
- “Os desafios da segurança pública no Ceará em 2014” (publicada em 21 de janeiro de 2014);
- “Fortaleza é a 7ª cidade mais violenta do mundo, diz ONG” (suíte da anterior, publicada em 21 de janeiro de 2014);
- “É importante investir na prevenção” (suíte da anterior, publicada em 21 de janeiro de 2014);
- “1.832 estupros no Ceará em 2013” (publicada em 24 de janeiro de 2014);
- “A rotina da negação e das sequelas” (suíte da anterior, publicada em 24 de janeiro de 2014);
- “Segurança é reforçada, mas não contém violência” (publicada em 25 de janeiro de 2014).

Quase todas as matérias foram publicadas no caderno “Cotidiano” do jornal O Povo, apenas uma – “Políciais fazem ato no Centro” (publicada em 12 de janeiro de 2014) – foi veiculada na página “Radar”, espaço onde saem as informações consideradas de última hora. Cinco destas matérias foram suítes, ou seja, eram notícias menores que vinham acompanhando uma principal.

É notável, também, que o uso da fonte oficial do Governo do Estado se apresenta em quase todas as matérias analisadas e duas destas contam apenas com a voz oficial. Nas demais, apresenta-se o uso de outras fontes, principalmente a de especialistas no assunto, com destaque para o uso exclusivo de professores do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC), e de representantes de instituições legitimadas na sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sindicatos e outras organizações da sociedade civil.

Apenas em uma matéria – “Segurança é reforçada, mas não contém violência” (publicada em 25 de janeiro de 2014) – a voz de um cidadão comum é utilizada. Nesse caso, a fala desta fonte é aproveitada para legitimar a estratégia de policiamento do local:

Desde 2008 trabalhando no local, ela atribuiu o motivo dos assaltos à falta de “noção” das pessoas que caminham pelo calçadão. “A Polícia não pode estar em todo lugar. E as pessoas dão muito vacilo. Ficam expondo o celular e a carteira”. (Jornal O Povo, 25 de janeiro de 2014, p. 3)

Outro ponto perceptível a partir da análise foi a ausência de contextualização histórica e social do problema em discussão. Apenas duas matérias mencionam outros



períodos em que o problema da segurança pública foi discutido, mas se atêm à comparação de dados com o ano anterior. Falta também, ao conteúdo em análise, relacionar causas e soluções com a problemática em pauta: das onze matérias, seis expõem algum tipo de causa e/ou solução em relação ao tema, ainda que de forma superficial e curta.

Considerações finais

A pesquisa aqui iniciada não pretende ser conclusiva quanto à forma como o jornal O Povo constrói sua cobertura sobre o tema da segurança pública do Estado do Ceará. Atuando como fase exploratória para investigações futuras sobre a relação jornalismo impresso e segurança pública, esta análise buscou refletir acerca do modo como os *media* agendam o tema da violência urbana e sugerem uma visão de mundo para a audiência.

Mesmo admitindo o jornalismo enquanto um agente de construção da realidade (CORREIA, 2012), sabe-se que o padrão de objetividade tenta gerar uma legitimidade pública para o fazer jornalístico, que tenta se mostrar neutro e imparcial (BIROLI; MIGUEL, 2010). Dessa forma, a pesquisa tentou evidenciar alguns aspectos que podem ser problematizados em investigações futuras acerca da construção de uma perspectiva da realidade que, antes de persuadir a audiência, influenciam suas práticas sociais (MIOLA, 2012).

Referências

ALBUQUERQUE, A. Em nome do público: jornalismo e política nas entrevistas dos presidenciais ao Jornal Nacional. Anais do XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BERGER, P. LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. A produção da imparcialidade: A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 25, nº73, p. 59-76, 2010.

CABRAL, N. GOMES, M. Jornalismo: uma relação com a opinião pública. Revista Rumores, São Paulo, ed. 10, ano V, 2011.



CAPELLE, M. et al. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. Organizações Rurais e Agroindustriais, Lavras, v. 15, n° 2, 2013.

CORREIA, J. C. A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In: Pesquisa e Media em Jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina. Covilhã, Portugal, 2012.

ENTMAN, R. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. Journal of Communication, v. 43, n° 4, p. 51-58, 1993.

MANHÃES, E. Análise do discurso. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2006. p. 305-315.

MCCOMBS, M. SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. The Public Opinion Quarterly, v. 36, n° 2, p. 176-187, 1972.

MELO, P. A pauta na capa: a mídia como porta-voz da cultura do medo. Um estudo sobre a Revista Carta-Capital. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 24, n° 2, p. 221-236, 2008.

MICHAUD, Y. A violência. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M.; NJAINE, K.; SOUZA, E.; ASSIS, S. A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.13. n°3, p.405-414,1997.

MIOLA, E. Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa. 294f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PASTANA, D. R. Medo e opinião pública no Brasil contemporâneo. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 12, n° 22, p. 91-116, 2007.

PORTO, M. S. G. Mídia, segurança pública e representações sociais. Tempo social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n° 2, p. 211-233, 2009.

_____. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Revista Sociologias, Porto Alegre, v. 4, n°8, p. 152-171, 2002.

RAMOS, S.; PAIVA, A. Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.



SCHIFF, F. Framing the President: The dominant ideology – A comprehensive repertoire of news frames. *Contemporânea*, Salvador, v. 9, n°1, 2011.

TRAQUINA, N. A redescoberta do Poder do Jornalismo: um estudo da evolução histórica do paradigma do Agenda-Setting. *Revista Cambiassu*, São Luís, v. 1, n°8, 1999, pp.14-37.

THOMPSON, J. *A Mídia e a Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WOLF, M. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.